

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

*REZENDE**, Jabbez Pereira
*OLIVEIRA JUNIOR**, Luiz Souza
*ARAÚJO**, Paulo Adriano Matos
*BRASIL**, Rafael de Araújo
*PATROCÍNIO**, Rony

*BARCO***, Juliana Alexandra Pereira de Carvalho

RESUMO: A História da Educação no Brasil é fácil de ser estudada. Começou com a chegada dos jesuítas no de 1549, que tinha intenção de catequizar os índios. Perceberam que junto com a catequização tinha que ensinar a estudar. Daí em diante os jesuítas levam em paralelos o ensino da fé e dos estudos. O ensino jesuítico caiu com a chegada do Marquês de Pombal que expulsou o mesmo. A linha de ensino do Marquês era por interesse política de reerguer Portugal. Logo essa forma de ensino se estagnou, pois os professores eram mal preparados para essa função. Faz parte da História a fase Período Imperial, dentro deste D. Pedro I declara a Independência do Brasil. A República Proclamada adota um modelo político americano. Na Organização escolar perceber-se a

influência da filosofia positiva em grande salto em 1930 foi criado o Ministério da Educação. Foi em 1934 com a Nova Constituição que o ensino passou a ser direito de todos. No fim do período Regime Militar aos dias de hoje, uma das fases politicamente marcantes na educação, foi o trabalho do Ministro Paulo Renato de Souza à frente do Ministério da Educação.

PALAVRAS CHAVE: História, Educação, Influência, Períodos, Direitos.

ABSTRACT: The History of Education in Brazil and easier to study. It began with the arrival of the Jesuits in 1549 that he intended to convert the Indians. Realized that along with the catechism had to teach school. Thereafter the Jesuits take into parallel teaching

the faith and study. The Jesuit education has dropped with the arrival of the Marquis de Pombal expelled the same. The line of the Marquis was teaching a political interest to lift Portugal. Therefore this form of education has stagnated, because teachers were ill prepared for this role. History is part of the phase Imperial Period, within this Dom Pedro I declares the independence of Brazil. The Republic Proclaimed adopts an American political model. In the school organization to understand the influence of positive philosophy to a large jump in 1930 was created the Ministry of Education. It was in 1934 with the New Constitution that education has to be right for everybody. At end of year military regime to today, a politically salient phases of education, was the work of the Minis-

*Acadêmicos da Faculdade Delta do Curso de Ciências Contábeis 1º período

**Mestra da Faculdade Delta do Curso de Ciências Contábeis na matéria Metodologia do Trabalho Científico

ter Paulo Renato de Souza at the Ministry of Education.

KEYWORDS: History, Education, Influence, Periods, Rights.

INTRODUÇÃO

A Educação Brasileira é uma História fácil de ser estudada, pois ela evoluciona aberturas marcantes e fáceis de serem analisadas e abarcadas.

Com a chegada dos portugueses ao Novo Mundo foi destacada a primeira ruptura, aonde eles trouxeram um padrão de educação própria da Europa, ressalva que as educações praticadas entre as populações indígenas não tinha o sistema educacional europeu.

Os jesuítas quando chegaram ao Brasil não trouxeram só a moral a religiosidade e costumes europeus; mais sim os métodos pedagógicos. Esse método lobrou absoluto durante 210 anos no período de 1549 a 1759. Com a expulsão dos jesuítas por Marques Pombal houve mais uma nova ruptura marcante na História da Educação Brasileira onde a educação virou-se um caos. Isso continua até quando a Família Real transferiu o Reino para o Novo Mundo, fugindo de Napoleão na Europa.

Preparando terreno para sua estadia no Brasil D. João VI abriu academias militares, escola de direito e medicina a biblioteca Real. E uma das mais marcantes foi a imprensa Régia, onde o Brasil foi descoberto e a história passou a ter complexidade maior por alguns autores.

Vimo-nos que alguns Pais, como Espanha e México nos anos de 1538 e 1551 respectivamente já havia várias universidades. E

no Brasil só surgiu em 1934 em São Paulo. No entanto a educação continua sendo prioridade secundária.

Pouco se fez pela educação brasileira que ela de qualidade passiva pelos impérios de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II. Pois a Proclamação da República também várias reformas para da uma levantada, pois não sofreu um processo de evolução por ser considerado marcante em termos de modelo para ser espelhado.

Muitos mexeram no planejamento educacional, mais continua a até hoje a mesmo característico imposto por todos países que eu e de manter status para todo que frequenta a escola.

PERÍODO JESUÍTICO (1549-1759)

Em março de 1549 chegaram os primeiros Jesuítas ao território Brasileiro comandado pelo Padre Manoel de Nóbrega interrompido a educação indígena. Após 15 anos da sua chegada construiu a primeira escola elementar Brasileira tendo como mestre o Irmão Vicente na cidade de Salvador implantando os moldes europeus dedicando ao ensino e propagação de fé religiosa durante cinquenta anos. “[...] elaborado pelo Padre Manoel de Nóbrega, percebe-se a intenção de catequiza e instruir o indígenas, como determinava os regimentos” (RIBEIRO, 2005, p.21).

Os jesuítas se dedicaram à fé católica e ao trabalho educativo percebendo que não seria fácil a convenção do índio a fé católica sem saber ler. Pois as obras jesuíticas foram estendidas para o sul, em 1570 depois de vinte e um anos já era composto por cinco

escola elementar e três colégios. Chegando ao Brasil os jesuítas não trouxeram só a moral mais sim os costumes europeus e métodos pedagógicos. Onde as escolas jesuíticas eram regulamentadas por um documento escrito por Inácio de Loyola.

Com a descoberta os índios ficaram à mercê dos interesses alienígenas: as cidades desejavam integrá-los ao processo colonizador; os jesuítas desejavam convertê-los ao cristianismo e aos valores europeus; os colonos estavam interessados em usá-los como escravos. Os jesuítas então pensaram em afastar os índios dos interesses dos colonizadores e criaram as reduções ou missões, no interior do território. Nestas Missões, os índios, além de passarem pelo processo de catequização, também são orientados ao trabalho agrícola, que garantiam aos jesuítas uma de suas fontes de renda.

Mas como cedo perceberam a não adequação do índio para a formação sacerdotal católica, essa percepção não devem ter deixado de exercer influência na proposição de um ensino profissional e agrícola, ensino este que parecia a Nóbrega imprescindível para formar pessoal capacitado em outras funções essenciais à vida colônia (RIBEIRO, 2005, p.22).

Durante 210 anos esse módulo foi absoluto, quando surgiu uma nova ruptura da história da educação brasileira. Onde Marques Pombal expulsou todos os jesuítas e em termos de educação que era bem estruturada passou-se por verdadeiro caos na história.

PERÍODO POMBALINO (1760-1808)

Quando expulsos do Brasil, 124 jesuítas saíram da Bahia, 53 de Pernambuco, 199 Rio de Janeiro e 133 do Pará levando a organização monolítica baseada no Ratio Studiorum.

Pouca coisa restou de prática educativa no Brasil. Continuaram a funcionar o Seminário episcopal, no Pará, e os Seminários de São José e São Pedro, que não se encontravam sob a jurisdição jesuítica; a Escola de Artes e Edificações Militares, na Bahia; e a Escola de Artilharia, no Rio de Janeiro.

Enquanto os jesuítas preocupavam-se com o proselitismo e o noviciado, Pombal pensava em reerguer Portugal da decadência que se encontrava diante de outras potências europeias da época. A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais emanados por Pombal. Ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado.

Através do alvará de 28 de junho de 1759, ao mesmo tempo em que suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias, Pombal criava as aulas régias de Latim, Grego e Retórico.

Eram aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica. Ou seja: os professores, por eles mesmos, organizavam os locais de trabalho e, uma vez tendo colocado a “escola” para funcionar, requisitavam do governo pagamento pelo trabalho do ensino (GHIRALDELLI JR, 2006, p 27).

Portugal logo percebeu que a educação no Brasil estava estagnada e era preciso oferecer uma solução. Para isso instituiu o subsídio literário para manutenção dos ensinos primários e médios

Os professores eram geralmente mal preparados para a função, já que eram improvisados e mal pagos.

PERÍODO JOANINO (1808-1820)

A estrutura social do Brasil/Colônia já foi caracterizada como sendo organizada à base de relações predominantemente de submissão. Submissão externa em relação à metrópole, submissão interna da maioria negra ou mestiça considerada escrava ou semi-escrava minoria “branca” colonizadores. Submissão interna refletindo-se não só nas relações de trabalho como também nas relações familiares, como lembra Gilberto Freire: da esposa em relação ao marido, dos filhos em relação ao pai etc.

É fundada uma escola de educação, onde se ensinavam as línguas portuguesas e francesas, Retóricas, Aritmética, Desenho e Pintura. É criada a Academia de Marinha, no Rio de Janeiro. São criados cursos de cirurgia no Rio de Janeiro e na Bahia.

É criada uma cadeira de Ciência Econômica, na Bahia, da qual seria regente José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu.

PERÍODO IMPERIAL (1822-1888)

Em 1820 o povo português mostra-se descontente com a demora do retorno da Família Real e inicia a Revolução Constitucionalista, na cidade do Porto. Isto

apressa a volta de D. João VI a Portugal em 1821. Em 1822, a Sete de setembro, seu filho D. Pedro I declara a Independência do Brasil e, inspirada na Constituição francesa, de cunho liberal, em 1824 é outorgada a primeira Constituição brasileira.

Em 1823, na tentativa de se suprir a falta de professores institui-se o Método Lancaester, ou do “ensino mútuo”, onde um aluno treinado (decurião) ensina um grupo de dez alunos (decúria) sob a rígida vigilância de um inspetor (GHIRALDELLI JR, 2006, p 28). “O sistema de ensino mútuo ou sistema monitorial foi uma prática que se iniciou na Índia, pelo pastor protestante Andrew Bell (1753-1832).

Em 1826 um Decreto institui quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias.

Se houve intenção de bons resultados não foi o que aconteceu, já que, pelas dimensões do país, a educação brasileira se perdeu mais uma vez, obtendo resultados pífios. Em 1880 o Ministro Paulino de Souza lamenta o abandono da educação no Brasil, em seu relatório à Câmara. Em 1882 Ruy Barbosa sugere a liberdade do ensino, o ensino laico e a obrigatoriedade de instrução, obedecendo às normas emanadas pela Maçonaria Internacional.

Em 1837, onde funcionava o Seminário de São Joaquim, na cidade do Rio de Janeiro, é criado o Colégio Pedro II, com o objetivo de se tornar um modelo pedagógico para o curso secundário. Efetivamente o Colégio Pedro II não conseguiu se organizar até o fim do Império para atingir tal objetivo.

Até a Proclamação da Repú-

blica, em 1889 praticamente nada se fez de concreto pela educação brasileira.

Apesar de sua afeição pessoal pela tarefa educativa, pouco foi feito, em sua gestão, para que se criasse, no Brasil, um sistema educacional.

PERÍODO DA PRIMEIRA E SEGUNDA REPÚBLICA E ESTADO NOVO (1889-1945)

A República proclamada adota o modelo político americano baseado no sistema presidencialista. Na organização escolar percebe-se influência da filosofia positivista.

A Reforma de Benjamin Constant tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. Estes princípios seguiam a orientação do que estava estipulado na Constituição brasileira.

Uma das intenções desta Reforma era transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores e não apenas preparador. Outra intenção era substituir a predominância literária pela científica. “Os resultados conseguidos, completamente distintos dos idealizados, comprovam, mais uma vez, a ineficácia e os prejuízos da tal atitude intelectual” (RIBEIRO, 2005, p.75).

É importante saber que o percentual de analfabetos no ano de 1900, segundo o Anuário Estatístico do Brasil, do Instituto Nacional de Estatística, era de 75%. O Código Epitácio Pessoa, de 1901, inclui a lógica entre as matérias e retira a biologia, a sociologia e a moral, acentuando, assim, a parte literária em detrimento da científica.

A Reforma Rivadávia Correa, de 1911, pretendeu que o curso secundário se tornasse formador do cidadão e não como simples promotor a um nível seguinte. Retomando a orientação positivista, prega a liberdade de ensino, entendendo-se como a possibilidade de oferta de ensino que não seja por escolas oficiais, e de frequência. Além disso, prega ainda a abolição do diploma em troca de um certificado de assistência e aproveitamento e transfere os exames de admissão ao ensino superior para as faculdades. Os resultados desta Reforma foram desastrosos para a educação brasileira. Esta reforma reoficializa o ensino no Brasil.

Num período complexo da História do Brasil surge a Reforma João Luiz Alves que introduz a cadeira de Moral e Cívica com a intenção de tentar combater os protestos estudantis contra o governo do presidente Arthur Bernardes.

O clima desta década propiciou a tomada do poder por Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições por Julio Prestes, em 1930. A característica tipicamente agrária do país e as correlações de forças políticas vão sofrer mudanças nos anos seguintes o que trará repercussões na organização escolar brasileira. A ênfase literária e clássica de nossa educação tem seus dias contados.

A Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu com que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial.

A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra

especializada e para tal era preciso investir na educação. Sendo assim, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como “Reforma Francisco Campos”.

Em 1932 um grupo de educadores lança à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores da época.

Em 1934 a nova Constituição (a segunda da República) dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Ainda por iniciativa do governador Armando Salles Oliveira, foi criada a Universidade de São Paulo. A primeira a ser criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931.

Em 1935 o Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, cria a Universidade do Distrito Federal, com uma Faculdade de Educação na qual se situava o Instituto de Educação.

Em função da instabilidade política deste período, Getúlio Vargas, num golpe de estado, instala o Estado Novo e proclama uma nova Constituição, também conhecida como “Polaca”. Neste sentido a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional.

Por outro lado propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação. Man-

têm ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário Também dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias.

No contexto político o estabelecimento do Estado Novo, segundo Otaíza Romanelli, faz com que as discussões sobre as questões da educação, profundamente rica no período anterior, entrem numa espécie de hibernação (1993: 153). As conquistas do movimento renovador, influenciando a Constituição de 1934, foram enfraquecidas nesta nova Constituição de 1937. Marca uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas. Ainda assim é criada a União Nacional dos Estudantes - UNE e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP. (RIBEIRO, 2005, p.143) “O próprio texto constitucional de 1937, em seu art.129, já transcrito, da providência, no programa de política escolar, ao ensino pré-vocacional e profissional e afirma que ele se destina às classes menos favorecidas”.

Em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema é reformado alguns ramos do ensino. Estas Reformas receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino, e são compostas pelas seguintes Decretos-lei, durante o Estado Novo.

O ensino ficou composto, neste período, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico.

Em 1944 começa a ser publicada a Revista Brasileira de Estudos

Pedagógicos, órgão de divulgação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP.

PERÍODO DA NOVA REPÚBLICA E REGIME MILITAR (1946-1985)

O fim do Estado Novo consubstanciou-se na adoção de uma nova Constituição de cunho liberal e democrático. Esta nova Constituição, na área da Educação, determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Além disso, a nova Constituição fez voltar o preceito de que a educação é direito de todos, inspirada nos princípios proclamados pelos Pioneiros, no Manifesto do Pioneiro da Educação Nova, nos primeiros anos da década de 30.

Ainda em 1946 o então Ministro Raul Leitão da Cunha regulamenta o Ensino Primário e o Ensino Normal, além de criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, atendendo as mudanças exigidas pela sociedade após a Revolução de 1930.

Baseado nas doutrinas emanadas pela Carta Magna de 1946, o Ministro Clemente Mariani, cria uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação nacional. Esta comissão, presidida pelo eminente educador Lourenço Filho, era organizada em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino Médio e outra para o Ensino Superior.

Num primeiro momento as discussões estavam voltadas às interpretações contraditórias das propostas constitucionais. Num

momento posterior, após a apresentação de um substitutivo do Deputado Carlos Lacerda, as discussões mais marcantes relacionaram-se à questão da responsabilidade do Estado quanto à educação, inspirados nos educadores da velha geração de 30, e a participação das instituições privadas de ensino.

Depois de 13 anos de acirradas discussões foi promulgada a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961, sem a pujança do anteprojeto original, prevalecendo às reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros.

Se as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional foi o fato marcante, por outro lado muitas iniciativas marcaram este período como, talvez, o mais fértil da História da Educação no Brasil.

Alguma coisa acontecia na educação brasileira. A criação da Universidade de Brasília, em 1961, permitiu vislumbrar uma nova proposta universitária, com o planejamento, inclusive, do fim do exame vestibular, valendo, para o ingresso na Universidade, o rendimento do aluno durante o curso de 2º grau. (ex-Colegial e atual Ensino Médio).

O período anterior, de 1946 ao princípio do ano de 1964, talvez tenha sido o mais fértil da história da educação brasileira. Neste período atuaram educadores que deixaram seus nomes na história da educação por suas realizações. Neste período atuaram educadores do porte de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Armando

Hildebrand, Pachoal Leme, Paulo Freire, Lauro de Oliveira Lima, Durmeval Trigueiro, entre outros.

Depois do golpe militar de 1964 muitos educadores passaram a ser perseguidos em função de posicionamentos ideológicos.

O Regime Militar espelhou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos, feridos, nos confronto com a polícia, e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar; o Decreto lei-477 calou a boca de alunos e professores; o Ministro da Justiça declarou que “estudantes têm que estudar” e “não podem fazer baderna”. Esta era a prática do Regime.

Neste período deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. Para erradicar o analfabetismo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral, em sua didática, no expurgado Método Paulo Freire, o MOBREAL propunha erradicar o analfabetismo no Brasil.

É no período mais cruel da ditadura militar, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, que é instituída a Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. “A lei 5.692/71 nasceu de um projeto elaborado por um grupo de trabalho instituído em Junho de 1970. O ministro da Educação da época, o coronel Jarbas Passarinho [...]”(GHIRALDELLI JR, 2006, p 120). A característica mais marcante desta Lei era tentar dar a formação educacional um cunho

profissionalizante. Dentro do espírito dos “slogans” propostos pelo governo, como “Brasil grande”, “ame-o ou deixe-o”, “milagre econômico”, etc., planejava-se fazer com que a educação contribuisse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira. Tãmanha era a pressão popular, de vários setores da sociedade, que o processo de abertura política tornou-se inevitável.

PERÍODO DA ABERTURA POLÍTICA (1986-2003)

O Regime Militar acabou a eleição indireta de Tancredo Neves, seu falecimento e a posse de José Sarney, pensou-se novamente que poderiam ser discutidas questões sobre educação de uma forma democrática e aberta. A discussão sobre a educação já tinha perdido o seu sentido pedagógico e assumido um caráter político. Para isso contribuiu a participação mais ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento que passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes à escola, a sala de aula, a didática e a dinâmica escolar em si mesma. Impedidos de atuarem em suas funções, por questões políticas durante o Regime Militar, profissionais da área de sociologia, filosofia, antropologia, história, psicologia, entre outras, passaram a assumir postos na área da educação e a concretizar discursos em nome da educação.

O Projeto de Lei da nova LDB foi encaminhado à Câmara Federal, pelo Deputado Octávio Elísio em 1988. No ano seguinte o Deputado Jorge Hage envia a Câmara um substitutivo ao Projeto e, em 1992, o Senador Darcy Ri-

beiro apresenta um novo Projeto que acaba por ser aprovado em dezembro de 1996, oito anos após o encaminhamento do Deputado Octávio Elísio.

O Governo Collor de Mello, em 1990, lança o projeto de construção de Centros Integrados de Apoio à Criança - Ciacs, em todo o Brasil, inspirados no modelo dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEPS, do Rio de Janeiro, existentes desde 1982.

Neste período, do fim do Regime Militar aos dias de hoje, a fase politicamente marcante na educação, foi o trabalho do Ministro Paulo Renato de Souza à frente do Ministério da Educação. Logo no início de sua gestão, através de uma Medida Provisória extinguiu o Conselho Federal de Educação e criou o Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Esta mudança tornou o Conselho menos burocrático e mais político. Mesmo que possamos não concordar com a forma como vem sendo executados alguns programas, temos que reconhecer que, em toda a História da Educação no Brasil, contada a partir do descobrimento, jamais houve execução de tantos projetos na área da educação numa só administração. Entre esses programas destacamos: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF-, Programa de Avaliação Institucional-PAIUB-, Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM-Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNS-Exame Nacional de Cursos-ENC-.

Desses Programas, o mais contestado, foi o Exame Nacional de Cursos e o seu “Provão”, onde os alunos das universidades têm

que realizar uma prova ao fim do curso para receber seus diplomas. Esta prova, em que os alunos podem simplesmente assinar a ata de presença e se retirar sem responder nenhuma questão, é levada em consideração como avaliação das instituições. Além do mais, entre outras questões, o exame não diferencia as regiões dos países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil em seu princípio veio dos Jesuítas que sua intenção inicial era religiosa, mas se tornou pedagógica com a necessidade de ensinar os índios a ler e escrever. Na era Pombalina persiste o panorama do analfabetismo e do ensino precário, agravado pela expulsão dos jesuítas e pela democracia da reforma pombalina. A educação no Império não poderia ser chamada de uma pedagogia brasileira. É uma atuação irregular, fragmentaria e quase nunca com resultados satisfatórios. Podemos dizer que Paulo

Freire é um dos grandes pedagogos da atualidade em todo o mundo. Onde se embasa em uma teologia libertadora, preocupando-se com o contraste da pobreza e a riqueza que resulta em privilégios. Hoje a Educação no Brasil é o reflexo das influências dos períodos citados acima. Somos o resultado da miscigenação entre índios, portugueses, africanos dentre outros, que isso também influencia na educação. Diante das transformações vertiginosas da alta tecnologia, que muda em pouco tempo os produtos e a maneira de produzi-los, criando umas profissões e extinguindo outras. Daí a necessidade de uma educação permanente, que permita a continuidade dos estudos, e, portanto de acesso às informações, mediante uma autoformação controlada. Estamos em fase de evolução, adaptações, modernizações e não tem perspectiva de parar, pois a todo o momento surgem novas idéias, novos conceitos, teorias e novas influências.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR. 19º Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003, 207p.

GHIRALDELLI JR, Paulo. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. 2º Ed. São Paulo: Cortes, 2006, 272p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL. 30º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, 267p.